Afluente T

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	22
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	27
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	28
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	29
BALANÇO PATRIMONIAL	30
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	32
NOTAS EXPLICATIVAS	33
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	58
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59

DESTAQUES (R$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta	19,2	2,4	700%	60,3	46,9	29%
EBITDA	13,5	(0,3)	N/A	43,8	30,3	45%
Resultado Financeiro	0,4	0,4	-	1,1	1,7	(35%)
Lucro Líquido	11,2	(0,3)	N/A	34,0	28,7	18%

Indicadores Financeiros de Dívida[1]	2024	2023	Variação
Dívida Líquida[2] / EBITDA[3]	0,53	0,09	0,44

(1) Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

(2) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

(3) EBITDA 12 meses

Destaques Financeiros e Operacionais:

- Margem bruta de R$ 19,2 milhões no 4T24 (+700% vs. 4T23) e de R$ 60,3 milhões em 2024 (+29% vs. 2023), devido a correção monetária do valor do ativo de contrato considerando a recuperação do IGP-M entre os períodos comparados.
- EBITDA R$ 13,5 milhões no 4T24 (+R$13,8 milhões vs. 4T23) e de R$ 43,8 milhões em 2024 (+R$13,5 milhões vs. 2023).
- Lucro líquido de R$ 11,2 milhões no 4T24 (+11,5 milhões vs. 4T23) e de R$ 34,0 milhões em 2024 (+R$5,3 milhões vs. 2023).
- Alto desempenho da taxa de disponibilidade, registrando 99,91% em 2024, acima do limite estipulado pelo ONS.

ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 5
1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO 6
2. AMBIENTE MACROECONÔMICO 7
3. AMBIENTE REGULATÓRIO 7
4. DESEMPENHO OPERACIONAL 8
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 9
6. EBITDA (LAJIDA) 9
7. RESULTADO FINANCEIRO 10
8. INVESTIMENTOS 10
9. ENDIVIDAMENTO 10
9.1. Posição de Dívida 10
9.2. Cronograma de amortização das dívidas 11
10. OUTROS TEMAS 11
10.1. Práticas de Gestão 11
10.1.1. Remuneração de Acionistas 11
10.1.2. Governança Corporativa 12
10.1.3. Gestão de Pessoas 13
11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA 14
11.1. ESG 14
11.2. Inovação 16
11.3. Educação e Cultura 18
11.4. Instituto Neoenergia 19
11.5. Pesquisa e Desenvolvimento 20
12. AUDITORES INDEPENDENTES 20
13. BALANÇO SOCIAL 20
14. NOTA DE CONCILIAÇÃO 20

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo com um cenário macroeconômico e setorial desafiador, 2024 foi mais um ano de realizações importantes e resultados consistentes: a Neoenergia encerrou o ano com EBITDA de R$ 12,5 bilhões e Lucro Líquido de R$ 3,6 bilhões. Destaque mais uma vez para nossa disciplina de gastos, que manteve o crescimento de despesas operacionais em 6%, portanto em linha com a inflação no período e o aumento do portfólio de negócios.

Mantivemos em 2024 nossa estratégia de crescimento sustentável, baseada em um plano de qualidade robusto e disciplina na alocação de capital: nossos investimentos totalizaram R$ 9,8 bilhões, 10% acima do ano anterior, concentrados principalmente em redes de distribuição e transmissão.

Em Distribuição, investimos mais de R$ 5,5 bilhões, aumentando nossa base de ativos, com foco contínuo em um melhor serviço aos nossos 17 milhões de clientes e na maior resiliência de nossas redes. Anunciamos ainda um amplo e detalhado Plano de Investimentos até 2027 para nossas distribuidoras, reforçando nosso compromisso com nossos clientes e com a sociedade nas regiões onde atuamos. Sempre com o cliente no centro de nossas ações e a fim de melhorar ainda mais nosso atendimento, criamos em 2024 uma diretoria dedicada exclusivamente à Experiência do Cliente, inauguramos 37 novas lojas de atendimento presencial e fizemos melhorias em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços.

Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.

Ainda no negócio de Distribuição, concluímos a Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Neoenergia Cosern na Bolsa de Valores (B3) e agora detemos 100% de participação acionária na Companhia, simplificando nossa estrutura societária e aumentando o investimento em uma distribuidora que é referência de mercado e que traz anualmente importantes resultados para o grupo, reforçando nosso compromisso em gerar valor para nossos acionistas.

Em Transmissão, investimos R$ 4,1 bilhões e entregamos os projetos de Itabapoana, Estreito e Paraíso, além de importantes trechos de Morro do Chapéu, Guanabara e Vale do Itajaí, adicionando cerca de R$ 300 milhões de nova Receita Anual Permitida (RAP) e fechando o ano com R$ 1 bilhão de RAP. Com isso, vamos nos encaminhando para o fim deste ciclo de investimentos em 2025, quando atingiremos cerca de R$ 1,9 bilhão em RAP. Vale ressaltar ainda a disciplina de capital apresentada pelo Grupo nos leilões de transmissão promovidos em 2024.

Em Renováveis, tivemos nosso primeiro ano cheio com todos os ativos em operação após o fim do ciclo de investimentos em eólica e solar, todos com índice de disponibilidade acima do planejado.

Em Liberalizados, conseguimos antecipar em 21 meses o contrato oriundo do Leilão de Reserva de Capacidade da térmica a gás Neoenergia Termopernambuco, em mais uma operação que agrega valor para os nossos acionistas e que contribui para a estabilidade do sistema energético do país.

Destacamos ainda que, a despeito de um cenário macro desafiador a partir do 2º semestre de 2024 no Brasil, a Neoenergia cumpriu seus objetivos e executou seu plano de investimentos preservando a robustez do Balanço Patrimonial e mantendo seu nível de alavancagem.

Mantivemos nosso compromisso de avançar na gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG na sigla em inglês), mantendo o foco nas 30 metas que nos desafiamos a alcançar até 2030.

Cada vez mais comprometidos com o desenvolvimento da nossa sociedade e da equidade em nossa empresa, celebramos em 2024 a marca histórica de mais de 1.000 mulheres formadas em nossa Escola de Eletricistas desde o início do projeto. Apenas em 2024, foram mais 400 alunos formados, dos quais mais de 50% mulheres. Nosso projeto de

Escola de Eletricistas foi inclusive reconhecido em 2024 com o primeiro lugar na categoria 'Processos' do Prêmio ECO concedido pela Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil).

A segurança dos nossos colaboradores segue sendo nosso principal pilar. Realizamos mais de 49 mil inspeções de campo (+1% vs. 2023) e 360 auditorias em contratadas (+32% vs. 2023). Além disso, reforçamos nosso Programa Comunidade Segura, que alcançou esse ano 124 milhões (+50% vs. 2023) de pessoas através de ações de comunicação com divulgações em TV, rádio e comunicação digital, além de alocarmos recursos de eficiência energética para iniciativas educacionais e culturais voltadas para crianças e adolescentes.

Como sempre nossos colaboradores seguem sendo os protagonistas dos nossos resultados, reflexo de pessoas engajadas e de um ótimo ambiente de trabalho. Este ano, fomos reconhecidos pelo *Great Place to Work* como a melhor empresa do setor elétrico para se trabalhar e figuramos entre as Top 20 das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Fomos ainda reconhecidos como a maior empresa do setor de energia no Brasil no ranking Valor 1.000.

Nosso desempenho sustentável nos mantém em importantes índices, como o ISE e o IDiversa, da B3, o que facilitou a contratação de R$ 10,7 bilhões em linhas verdes ao longo de 2024, 87% do total dos financiamentos desembolsados. Permite também que sigamos os dez princípios do Pacto Global, que versam sobre direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção, que orientam nossas atividades.

Por fim agradeço a nossos colaboradores pela dedicação ao longo do ano e a todos os nossos acionistas pela confiança. Reafirmo nosso compromisso em seguir investindo, com foco em rentabilidade e eficiência, na melhoria contínua de nossos ativos e da qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes, com o olhar atento para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuamos.

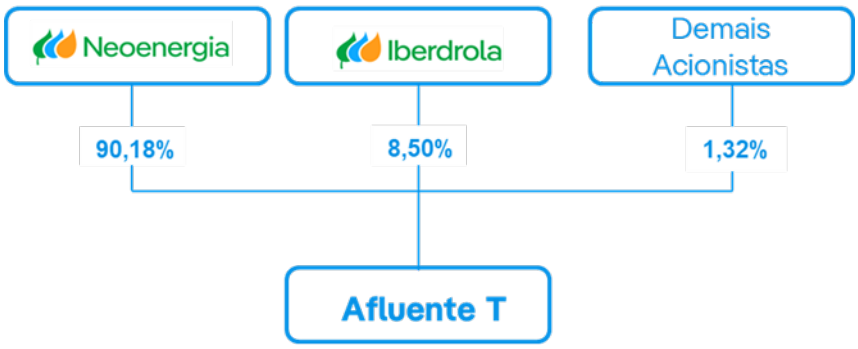
Eduardo Capelastegui

CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, oriunda do processo de desverticalização da Coelba, constituída em 18 de agosto de 2008.

Em 30 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Receitas Anuais Permitidas - RAP para o ciclo 2024-2025

Em 19 de julho de 2024, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas – RAP para o ciclo 2024-2025, definindo o valor da RAP de Afluente T em R$ 65 milhões. O valor da RAP da Companhia é ajustado anualmente pelo IGP-M.

Em 20 de outubro de 2023 foi emitido o despacho nº 3.928, autorizando a implantação de melhoria na subestação Tomba, com RAP prevista de R$ 2,1 milhões, também atualizada anualmente pelo IGP-M. O Termo de Liberação Definitiva da obra foi emitido em 27 de dezembro de 2024.

Regulamentação do Decreto nº 11.314/2022 – Concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência

Em 23/5/24 foi aberta a 1ª fase da Tomada de Subsídios ANEEL nº 8/2024 e em 26/12/24 foi aberta a 2ª fase, ambas com o objetivo de obter subsídios acerca da regulamentação do Decreto nº 11.314, de 28/12/22 que estabelece as regras de licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência.

Foram postos para contribuição social aspectos técnicos como o tratamento de melhorias ao longo da concessão e a regulamentação das Demais Instalações de Transmissão – DIT e da transição da prestação dos serviços de transmissão. Também fazem parte do escopo desta tomada de subsídios aspectos financeiros como a definição dos ativos

indenizáveis nas concessões licitadas, levando-se em conta o histórico dos ativos e a sua amortização e a definição da metodologia de indenização para estes ativos.

Conforme a Agenda Regulatória ANEEL para o biênio 2024-2025, ainda está prevista a abertura de uma Consulta Pública no primeiro semestre de 2025 acerca do tema e a conclusão da regulamentação do decreto está prevista para o segundo semestre do mesmo ano.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

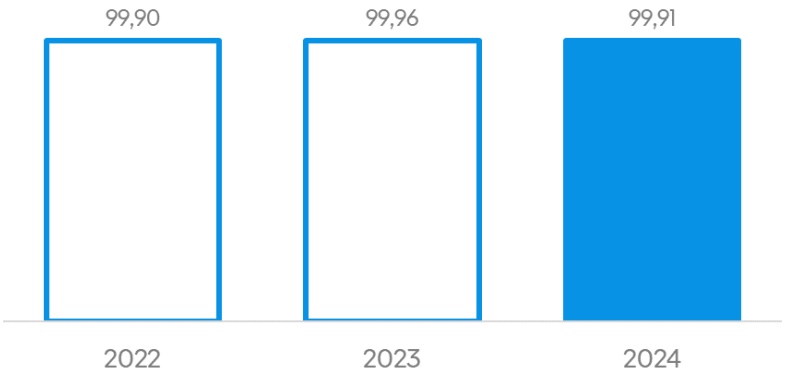
Com potência instalada de 600 MVA, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

Operacionais	Estado	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão
AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)			
Linhas de Transmissão			
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1	BA	13/09/2009	08/08/2027
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1		13/09/2009	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2		02/08/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2		19/01/2015	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1		24/11/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1		18/01/2015	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1		31/01/2016	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2		31/12/1990	
LT 230 KV Funil - Poções II		06/04/2023	
Subestações Rede Básica			
Tomba	BA	31/12/1990	08/08/2027
Brumado II - 230/69kV		11/12/2002	
Itagibá		13/09/2009	

A disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,91% em 2024 (vs. 99,96% em 2023), representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%.

As concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.

AFLUENTE T – Taxa de Disponibilidade %



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R$	%			R$	%
Receita Líquida	33,9	2,7	31,2	1.156%	86,0	67,3	18,7	28%
Custo de Construção	(14,7)	(0,2)	(14,5)	7.250%	(25,8)	(20,5)	(5,3)	26%
Margem Bruta	19,2	2,4	16,8	700%	60,3	46,9	13,4	29%
Despesa Operacional	(5,7)	(2,6)	(3,1)	119%	(16,5)	(16,4)	(0,1)	1%
PECLD	(0,0)	(0,1)	0,1	(100%)	0,1	(0,2)	0,3	N/A
EBITDA	13,5	(0,3)	13,8	N/A	43,8	30,3	13,5	45%
Depreciação	0,3	(0,1)	0,4	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-
Resultado Financeiro	0,4	0,4	-	-	1,1	1,7	(0,6)	(35%)
IR CS	(3,0)	(0,4)	(2,6)	650%	(10,7)	(3,1)	(7,6)	245%
LUCRO LÍQUIDO	11,2	(0,3)	11,5	N/A	34,0	28,7	5,3	18%

Afluente T apresentou margem bruta de R$19,2 milhões no 4T24 (+700% vs. 4T23) e de R$60,3 milhões no ano (+29% vs. 2023). Essa variação é explicada pela correção monetária do valor do ativo de contrato pela variação do IGP-M, ocorrida no 2T24 e 4T24.

As despesas operacionais totalizaram -R$5,7 milhões no 4T24 (-R$3,1 milhões vs. 4T23) e no ano, as despesas atingiram -R$16,5 milhões, mantendo-se em linha com 2023.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de +R$13,5 milhões no 4T24 (+R$13,8 milhões vs. 4T23) e de R$43,8 milhões em 2024 (+R$13,5 milhões vs. 2023).

A Companhia registrou lucro líquido de R$11,2 milhões no 4T24 (+11,5 milhões vs. 4T23) e de R$34,0 milhões em 2024 (+R$5,3 milhões vs. 2023). Vale destacar a alteração no regime de tributação para o lucro real a partir do 1T24, afetando a rubrica de IR/CS.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R$	%			R$	%
Lucro líquido do período (A)	11,2	(0,3)	11,5	N/A	34,0	28,7	5,3	18%
Despesas financeiras (B)	(0,1)	(0,1)	-	-	(0,6)	(0,1)	(0,5)	500%
Receitas financeiras (C)	0,6	0,5	0,1	20%	1,8	1,9	(0,1)	(5%)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(0,1)	(0,0)	(0,1)	-	(0,1)	(0,1)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (E)	(3,0)	(0,4)	(2,6)	650%	(10,7)	(3,1)	(7,6)	245%
Depreciação e Amortização (F)	0,3	(0,1)	0,4	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	13,5	(0,3)	13,8	N/A	43,8	30,3	13,5	45%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R$ MIL)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R$	%			R$	%
Renda de aplicações financeiras	582	420	162	39%	1.745	1.448	297	21%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(189)	(3)	(186)	6200%	(193)	(14)	(179)	1279%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(28)	(20)	(8)	40%	(489)	276	(765)	(277%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	1	2	(1)	(50%)	12	268	(256)	(96%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(14)	(9)	(5)	56%	(54)	(58)	4	(7%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	29	24	5	21%	125	223	(98)	(44%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(44)	(37)	(7)	19%	(572)	(157)	(415)	264%
Total	365	397	(32)	(8%)	1.063	1.710	(647)	(38%)

O resultado financeiro líquido foi de R$365 mil no 4T24 (-8% vs. 4T23), explicado pelo aumento dos encargos da dívida devido à captação realizada em dezembro/2024. No ano, o resultado financeiro foi de R$1.063 mil (-38% vs. 2023), também impactado pelo aumento das despesas não relacionadas ao serviço da dívida, em razão dos juros do recolhimento retroativo de IR/CS diferido de 2023, decorrentes da mudança do regime tributário de lucro presumido para lucro real, compensando a maior renda de aplicações financeiras no período.

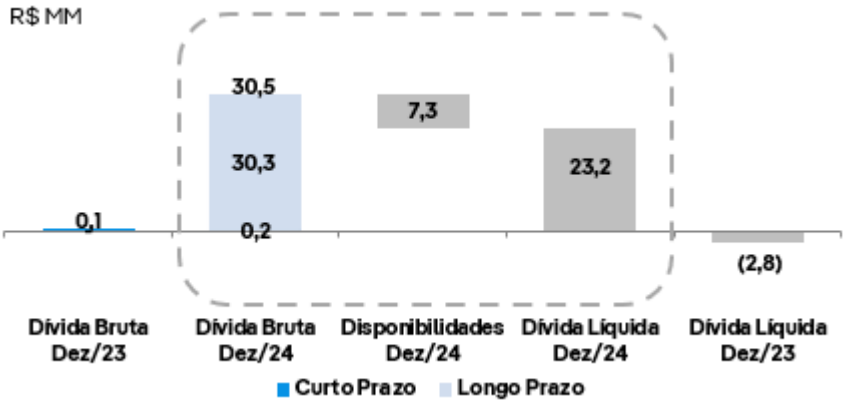
8. INVESTIMENTOS

A Afluente T registrou em 2024 investimento de R$25,7 milhões em projetos de ampliação e reforço homologados por meio de Resolução Autorizativa (REA) pela Aneel.

9. ENDIVIDAMENTO

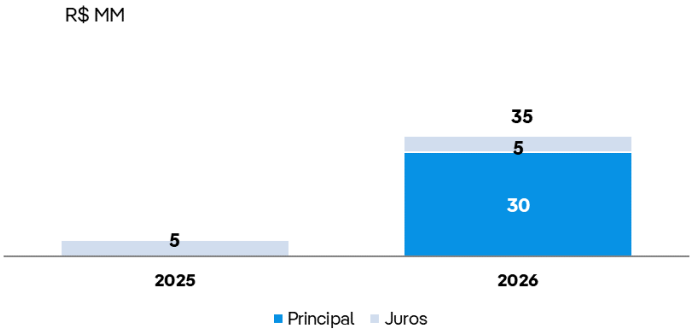
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu +R$ 23,2 milhões (dívida bruta de R$ 30,5 milhões), vs. -R$ 2,8 milhões em dezembro de 2023. Essa variação é decorrente da captação de dívida realizada em dezembro de 2024, que totalizou R$30 milhões. Em relação a segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 99,4% da dívida contabilizada no longo prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Afluente T tem estabelecido em seu Estatuto o pagamento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia também poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme a Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Neoenergia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

1) Dividendos mínimos obrigatórios de R$ 7.178 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2024 e pagos em 20 de dezembro de 2024;
2) Dividendos adicionais de R$ 21.534 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2024 e pagos em 20 de dezembro de 2024;

3) Juros sobre Capital Próprio de R$ 8.027 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20 de junho de 2024 e pagos em 20 de dezembro de 2024;
4) Juros sobre Capital Próprio de R$ 5.476 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2024 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Afluente T reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023,

com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- Ensinando Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- Gincana da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantem, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

	Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✔	✔	✔
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✔	✔	✔
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✔	✔	✔
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✔	✔	✔
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✔	✔	✔
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO_2 nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elas lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

11.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos.
- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, *startups* e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com *startups*; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

11.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.
- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;
- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a

formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

- Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

11.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus hábitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sitio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R$ 533,84 mil no Programa de PDI da Afluente T. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

(i) Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T), com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), está sendo desenvolvido um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica. Esse portal visa melhorar a eficiência do processo de gestão e permitir o acesso da sociedade a informações qualificadas.

(ii) Projeto Tirantes, estão sendo desenvolvidos modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Dois sistemas estão em desenvolvimento: um consiste em sapata de concreto armado e tirantes ancorados no terreno; o outro consiste em estacas helicoidais, injetadas ou não, coroadas por grelha metálica ou bloco pré-moldado.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R$124.973, dos quais R$110.751 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R$14.222 referem-se a serviços relacionados à auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com). e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Afluente T apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	4T24	2024	4T23	2023	Correspondência nas Notas Explicativas
(+) Receita líquida	33,9	86,0	2,7	67,3	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	33,9	86,0	2,7	67,3	
(+) Custos de construção	(14,7)	(25,8)	(0,2)	(20,5)	Nota 4
= MARGEM BRUTA	19,2	60,3	2,4	46,9	
(+) Custos de operação	(4,3)	(12,3)	(2,4)	(11,8)	Nota 5
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(1,4)	(4,3)	(0,2)	(4,5)	Nota 5
= Despesa Operacional (PMSO)	(5,7)	(16,5)	(2,6)	(16,4)	
(+) PECLD	(0,0)	0,1	(0,1)	(0,2)	Nota 9.1
EBITDA	13,5	43,8	(0,3)	30,3	
(+) Depreciação	0,3	(0,2)	(0,1)	(0,2)	Nota 5
(+) Resultado Financeiro	0,4	1,1	0,4	1,7	Nota 6
(+) IR/CS	(3,0)	(10,7)	(0,3)	(3,1)	Nota 7
LUCRO LÍQUIDO	11,2	34,0	(0,3)	28,7	

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Afluente T, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Afluente T e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Afluente T.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Afluente T sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board -- IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Concessão do serviço público - ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência nos controles internos relacionada a certos componentes do cálculo do “Ganho (perda) na RAP”. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenham proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº PR 050422/O-3

2025SA037634

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação) **Afluente T**

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	**3**	**85.999**	**67.307**
Custos dos serviços		**(38.091)**	**(32.318)**
Custos de construção	**4**	(25.753)	(20.451)
Custos de operação	**5**	(12.338)	(11.867)
Lucro bruto		**47.908**	**34.989**
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	**5**	(4.389)	(4.681)
Perdas de créditos esperadas		109	(185)
Lucro operacional		**43.628**	**30.123**
Resultado financeiro	**6**	**1.063**	**1.710**
Receitas financeiras		1.809	1.859
Despesas financeiras		(604)	(91)
Outros resultados financeiros, líquidos		(142)	(58)
Lucro antes dos tributos		**44.691**	**31.833**
Tributos sobre o lucro	**7**	**(10.662)**	**(3.121)**
Corrente		(7.947)	(3.074)
Diferido		(2.715)	(47)
Lucro líquido do exercício		**34.029**	**28.712**
Lucro básico e diluído por ação – R$:	**13.2**	**0,54**	**0,46**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**34.029**	**28.712**
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(347)	-
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	118	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	**(229)**	**-**
Resultado abrangente do exercício	**33.800**	**28.712**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Afluente T

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**34.029**	**28.712**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	193	198
Tributos sobre o lucro	10.662	3.121
Resultado financeiro, líquido	(1.063)	(1.710)
Baixa de ativo não circulante	-	12
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	2.230	(2.849)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(44.228)	(1.599)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	1.186	(983)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	139	(402)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	17.813	(519)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4	(393)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	9	(264)
Outros ativos e passivos, líquidos	1.010	(2.713)
Caixa gerado nas operações	**21.984**	**20.611**
Encargos de dívidas pagos	(2)	(15)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	1.745	1.448
Tributos sobre o lucro pagos	(12.309)	(2.443)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**11.418**	**19.601**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.434)	(375)
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(1.434)**	**(375)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	30.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(134)	(201)
Remuneração paga aos acionistas	(35.465)	(37.420)
Caixa consumido das atividades de financiamento	**(5.599)**	**(37.621)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**4.385**	**(18.395)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.936	21.331
Caixa e equivalentes no final do exercício	7.321	2.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Afluente T

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.321	2.936
Contas a receber de clientes e outros	9	7.345	9.563
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	3.622	-
Outros tributos a recuperar		36	38
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	48.132	39.829
Outros ativos		3.985	2.745
Total do circulante		**70.441**	**55.111**
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	11.3	359	-
Outros tributos a recuperar		335	335
Depósitos judiciais	12.1.c	2.032	1.916
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	264.442	227.971
Imobilizado		3.939	3.856
Intangível		1.209	597
Total do Não circulante		**272.316**	**234.675**
Total do ativo		**342.757**	**289.786**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros		6.244	5.004
Empréstimos e financiamentos	11	88	134
Instrumentos financeiros derivativos	11.3	88	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		665	526
Tributos sobre o lucro a recolher		-	736
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	1.789	1.473
Dividendos e juros sobre capital próprio	12.2	5.144	7.596
Outros passivos		3.975	1.251
Total do circulante		**17.993**	**16.720**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	30.706	-
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	10.543	7.946
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	29.995	10.372
Provisões	12	458	458
Outros passivos		150	141
Total do Não circulante		**71.852**	**18.917**
Patrimônio líquido	12		
Atribuído aos acionistas da Companhia		252.912	254.149
Total do patrimônio líquido		**252.912**	**254.149**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**342.757**	**289.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Reserva de lucros							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**33.085**	**6.617**	**20.922**	**171.991**	**-**	**-**	**-**	**21.534**	**254.149**
Aprovação de dividendos adicionais (nota 13.2b)	-	-	-	-	-	-		(21.534)	(21.534)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	34.029	-	34.029
Outros resultados abrangentes (nota 13.3)	-	-	-	-	-	(229)	-	-	(229)
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração aos acionistas (nota 13.2A.b)	-	-	-	-	-	-	(13.503)	-	(13.503)
Constituição de reservas de lucros (nota 13.4)	-	-	-	-	20.526	-	(20.526)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**33.085**	**6.617**	**20.922**	**171.991**	**20.526**	**(229)**	**-**	**-**	**252.912**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**33.085**	**6.617**	**20.922**	**171.991**	**-**	**-**	**-**	**28.117**	**260.732**
Aprovação de dividendos adicionais (nota 14.2b)	-	-	-	-	-	-	-	(28.117)	(28.117)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.712	-	28.712
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração aos acionistas (nota 13.2.b)	-	-	-	-	-	-	(28.712)	21.534	(7.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**33.085**	**6.617**	**20.922**	**171.991**	**-**	**-**	**-**	**21.534**	**254.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado) **Afluente T**

	2024	2023
Receitas		
Serviço de transmissão de energia e outros	105.275	80.097
Outras receitas	-	53
Perdas de crédito esperadas	109	(185)
Subtotal	**105.384**	**79.965**
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(38.996)	(33.719)
Subtotal	**(38.996)**	**(33.719)**
Valor adicionado bruto	**66.388**	**46.246**
Depreciação e amortização	(193)	(198)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**66.195**	**46.048**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.603	1.859
Subtotal	**2.603**	**1.859**
Valor adicionado total a distribuir	**68.798**	**47.907**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados	1.759	1.792
FGTS e outros encargos sociais (exceto INSS)	134	403
Benefícios	709	120
Subtotal	**2.602**	**2.315**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	30.476	16.308
Municipais	197	332
Subtotal	**30.575**	**16.640**
Remuneração do capital de terceiros		
Juros e variações monetárias	1.452	149
Aluguéis	42	91
Subtotal	**1.494**	**240**
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e Juros sobre capital próprio	13.503	7.178
Lucros retidos	20.526	21.534
Subtotal	**34.029**	**28.712**
Valor adicionado distribuído	**68.798**	**47.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

Em 20 de outubro de 2023 foi emitido o despacho nº 3.928 permitindo a implantação de melhorias na subestação Tomba, com conclusão das obras em dezembro de 2024 e com RAP adicional de R$2.120 (data referência: setembro de 2023), corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R$64.736 (R$72.947 para o ciclo 2023/2024).

1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórios e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de *swap* e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Operações de *swap*, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de *commodities* metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos *covenants* financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 15.7.

(ii) Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 15.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 11).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Bank of America (1)	-	A-	AAA

(1) Bank of America - BofA possui rating somente em escala global.

1.1.2. Gestão de demais riscos associados

(a) Casos fortuitos e de força maior

Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(b) Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses.

Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão.

A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	60.141
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	60.141
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* (*IFRS Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de créditos esperadas
10	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12.3	Instrumentos financeiros derivativos
13	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de *covenants* como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

IFRS 16 / CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('*Sale and Leaseback*') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, *Reverse factoring*, *Confirming* e / ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199 / CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nª 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ('DVA'), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas Companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros /	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de operação e manutenção	26.279	26.225
Remuneração do ativo contratual	27.351	27.091
Receita de construção	39.970	32.514
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	4.170	9.024
Ganho (perda) na RAP [1]	7.534	(14.799)
Outras receitas	(29)	42
Receita operacional bruta	**105.275**	**80.097**
(-) Deduções da receita operacional bruta (nota 3.1)	(19.276)	(12.790)
Total receita operacional líquida	**85.999**	**67.307**

[1] A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
Tributos		
PIS e Cofins correntes	(7.245)	(2.865)
PIS e Cofins diferidos	(2.613)	(58)
Imposto sobre serviços – ISS	(22)	(22)
	(9.880)	**(2.945)**
Encargos setoriais		
Reserva global de reversão – RGR	(2.247)	(2.030)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(4.347)	(4.660)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(604)	(657)
Encargos do consumidor – PROINFA	(1.956)	(2.255)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	(242)	(243)
	(9.396)	**(9.845)**
Total	**(19.276)**	**(12.790)**

3.2. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos.

II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,5%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(112)	219
Material	(8.986)	(15.872)
Serviços de terceiros	(16.655)	(4.798)
Total	**(25.753)**	**(20.451)**

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.693)	(1.381)	(3.074)
Serviços de terceiros	(8.960)	(1.855)	(10.815)
Depreciação e amortização	(57)	(136)	(193)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.628)	(1.017)	(2.645)
Total	**(12.338)**	**(4.389)**	**(16.727)**

	2023		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.362)	(1.372)	(2.734)
Material	(1.716)	(112)	(1.828)
Serviços de terceiros	(7.730)	(1.271)	(9.001)
Depreciação e amortização	(45)	(153)	(198)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.014)	(1.773)	(2.787)
Total	**(11.867)**	**(4.681)**	**(16.548)**

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.745	1.448
Outras receitas financeiras	64	411
	1.809	**1.859**
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(105)	(14)
(Atualizações) reversões de provisões para processos judiciais	(9)	89
Outras despesas financeiras	(490)	(166)
	(604)	**(91)**
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	(706)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(88)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	706	-
Outras variações monetárias, líquidas	(54)	(58)
	(142)	**(58)**
Resultado financeiro, líquido	**1.063**	**1.710**

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em 1º de janeiro de 2024 a Companhia alterou seu regime de apuração para o Lucro Real anual. Até dezembro de 2023, o IRPJ e a CSLL eram calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**44.691**	**31.833**
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	**(15.195)**	**(10.823)**
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	4.591	-
Diferença de presunção de base do lucro presumido	-	7.749
Outras adições (reversões)	(58)	(47)
Tributos sobre o lucro	**(10.662)**	**(3.121)**
Alíquota efetiva	**24%**	**10%**
Corrente	(7.947)	(3.074)
Diferido	(2.715)	(47)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2024	2023
Prejuízo fiscal	903	-
Diferenças temporárias:		
PLR	88	-
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(12.159)	(7.946)
Outros	625	-
Saldo final do exercício	**(10.543)**	**(7.946)**
Passivo não circulante	(10.543)	(7.946)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**(7.946)**	**(7.899)**
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.715)	(47)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	118	-
Saldo final do exercício	**(10.543)**	**(7.946)**

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2025
Ativo fiscal diferido	1.615
Efeito líquido	**1.615**

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda – IR	2.627	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	995	-
Ativo	**3.622**	**-**
Ativo circulante	3.622	-

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado

tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	468	414
Programa de integração social – PIS [1]	5.256	1.789
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS [1]	24.210	8.256
Outros tributos a recolher	284	163
Outros tributos	**30.218**	**10.622**
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	392	275
Conta de desenvolvimento energético – CDE	338	465
Encargos do Consumidor – PROINFA	191	179
Outros encargos setoriais	645	304
Encargos Setoriais	**1.566**	**1.223**
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	**31.784**	**11.845**
Circulante	1.789	1.473
Não circulante	29.995	10.372

[1] Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	-	126
Fundos de investimento	7.321	2.810
Total	**7.321**	**2.936**

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,3% em 31 de dezembro de 2023).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	7.321	2.810
	7.321	**2.810**

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	7.527	(182)	7.345	9.854	(291)	9.563
	7.527	**(182)**	**7.345**	**9.854**	**(291)**	**9.563**
Circulante			7.345			9.563

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	7.331	(20)	9.026	(22)
Saldos vencidos:				
90 dias	14	(3)	543	(109)
entre 91 e 180 dias	28	(11)	194	(78)
entre 181 e 365 dias	26	(20)	34	(25)
acima de 365 dias	128	(128)	57	(57)
	7.527	**(182)**	**9.854**	**(291)**

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**(291)**	**(278)**
Adições	(285)	(282)
Reversões	391	97
Baixas	-	172
Saldo final do exercício	**(182)**	**(291)**

9.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da

concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Saldo do ativo contratual	**312.574**	**267.800**
Circulante	48.132	39.829
Não circulante	264.442	227.971

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**267.800**	**266.201**
Construção de infraestrutura da concessão	39.970	32.514
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(44.204)	(38.835)
Remuneração do ativo contratual	27.351	27.091
Adições e mensuração do ativo contratual	21.657	(19.171)
Saldo final do exercício	**312.574**	**267.800**

10.1. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

b) Julgamentos críticos

O ativo indenizável é o montante que a Companhia terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida

A Companhia avalia o caixa líquido de dívida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. O caixa líquido de dívida é composto como segue:

	2024	2023
Empréstimos bancários	30.794	-
Agências de fomento	-	134
Empréstimos e financiamentos	**30.794**	**134**
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 11.3)	(271)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(7.321)	(2.936)
Dívida líquida	**23.202**	**(2.802)**

11.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Dólar (“US$”). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R$	**-**	**134**
Indexados a taxas fixas	-	134
Denominados em US$	**30.794**	**-**
Indexados a taxas fixas	30.794	-
	30.794	**134**
Circulante	88	134
Não circulante	30.706	-

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2024	2023
Custo médio em % CDI [1]	74,2%	45,3%
Custo médio em taxa pré	8,1%	6,0%
Saldo da dívida	30.794	134
Instrumento financeiro derivativos	(271)	-
Dívida total líquida de derivativos	**30.523**	**134**

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal[1]	Juros[1]	Instrumentos financeiros derivativos	Total
2025	-	1.924	2.624	4.548
2026	36.373	2.113	(3.574)	34.912
	36.373	**4.037**	**(950)**	**39.460**

[1] O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 2 anos (0,38 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**134**	**336**
Efeito no fluxo caixa:		
Captação	30.000	-
Amortização de principal	(134)	(201)
Pagamento de encargo de dívida	(2)	(15)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	90	14
Variação cambial	706	-
Saldo final do exercício	**30.794**	**134**

d) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenants* da Companhia é calculado trimestralmente e obriga a manter a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo ou igual ao limite contratual (4,0).

Abaixo segue o principal parâmetro e as medição estimadas em geral:

	Limite contratual inferior [1]	Medição em 31.12.2024
Consolidado Neoenergia [2]		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas das Controladas.
(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

11.2.1. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

11.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza

swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 15.7.

a) Ativos e Passivos dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US$ vs R$	271	-
Exposição líquida	271	-
Ativo circulante	359	-
Passivo circulante	(88)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de *hedge* - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	271	-
	271	-

b) Efeito dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024	2023
	Proteção de dívidas	Proteção de dívidas
Saldo inicial	-	-
(Perda) reconhecido no resultado	618	-
Ganho reconhecido no resultado abrangente	(347)	-
Saldo final	271	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado		
Resultado financeiro, líquido	618	-

11.3.1. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

b) Estimativa e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 15.3 e 15.8, respectivamente.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais trabalhistas	458	458
	458	**458**
Não circulante	458	458

12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais trabalhistas provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**458**	**849**
Reversões	(9)	(302)
Atualizações monetárias	9	(89)
Saldo final do exercício	**458**	**458**

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem diferenças salariais/verbas rescisórias, incidência de adicionais de periculosidade e insalubridade, pedidos de equiparação salarial, entre outros, com montante provisionado de R$458 (R$458 em 31 de dezembro de 2023).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos fiscais (i)	10.135	8.716
Processos trabalhistas (ii)	1.685	1.501
	11.820	**10.217**

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais: refere-se a (i) cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC, e (ii) auto de infração lavrado sob alegação de recolhimento a menor de IRPJ e CSLL em relação à diferença da aplicação dos percentuais de lucro presumido;

(ii) Processos trabalhistas: refere-se à ação administrativa, contra a Companhia, que possui responsabilidade subsidiaria em acidente fatal sofrido por prestador de serviço de empresa contratada.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos trabalhistas	357	351
Processos fiscais	1.675	1.565
	2.032	**1.916**

12.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$33.085, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 63.084.700 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
Acionistas	Total de ações	%	R$
Neoenergia S.A.	56.888	90,18%	29.836
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,50%	2.812
Outros acionistas	836	1,32%	437
Total	**63.085**	**100%**	**33.085**

13.2. Lucro por ação e remuneração dos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	34.029	28.712
Média ponderada de número de ações em circulação	63.085	63.085
Lucro líquido básico e diluído por ação	**0,54**	**0,46**

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**34.029**	**28.712**
Lucro líquido ajustado	**34.029**	**28.712**
Constituição de reserva de especial de dividendos não distribuídos	(20.526)	-
Lucro líquido a distribuir	**13.503**	**28.712**
Remuneração		
Mínima obrigatória	8.507	7.178
Remuneração adicional	4.996	21.534
	13.503	**28.712**

Natureza da remuneração		
Dividendos	-	28.712
Juros sobre capital próprio (1)	13.503	-
	13.503	**28.712**
Remuneração total por ação	0,21	0,46

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JSCP líquido do IRRF.

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGOE de 10 de abril de 2024	Dividendos adicionais	21.534	0,3413537
AGOE de 10 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios	7.178	0,1137846
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	8.027	0,1272410
AGO de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	5.476	0,0868035
		35.037	**0,5553935**
2023			
AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos adicionais	28.117	0,4457002
		28.117	**0,4457002**

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**7.596**	**9.721**
Dividendos distribuídos	35.037	35.295
Dividendos pagos no exercício	(35.465)	(37.420)
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(2.024)	-
Saldo final do exercício	**5.144**	**7.596**

13.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R$ (229).

13.4. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A reserva legal da Companhia já atingiu o limite de 20% do capital social, no montante de R$6.617, razão pela qual não é mais constituída.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação.

13.5. Política contábil

O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2024			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	-	2.362	2.362
	-	**-**	**2.362**	**2.362**
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	-	358	358
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	4.197	947	-	5.144
Compartilhamento de pessoal (c)	-	-	38	38
	4.197	**947**	**396**	**5.540**

	2023			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	-	3.446	3.446
	-	**-**	**3.446**	**3.446**
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	-	664	664
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	6.473	1.123	-	7.596
Compartilhamento de pessoal (c)	-	-	31	31
	6.473	**1.123**	**695**	**8.291**

14.2. Transações com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida (a)	24.182	26.800
Custo dos serviços (b)	(3.221)	(4.125)
Despesas gerais e administrativas (c)	(310)	(301)
	20.651	**22.374**

14.3. Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IGP-M	25 anos	2027	-	15.148
a)	Neoenergia Coelba	CCT	IGP-M	25 anos	2027	-	3.382
b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2026	(350)	(3.109)
d)	Neoenergia S.A.	Dividendos	n/a	n/a	n/a	(4.197)	-

14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023	
	CA	VJORA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	7.321	126	2.810
Contas a receber de clientes e outros	7.527	-	-	9.854	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	359	-	-	-
Outros ativos financeiros	1.292	-	-	2	-
	8.819	**359**	**7.321**	**9.982**	**2.810**
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	6.244	-	-	5.004	-
Empréstimos e financiamentos	30.794	-	-	134	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	88	-	-	-
Outros passivos financeiros	2.933	-	-	1.141	-
	39.971	**88**	**-**	**6.279**	**-**

CA – Custo amortizado
VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
VJR – Valor justo por meio do resultado

15.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 (análise de sensibilidade).

15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	7.321	2.810
Instrumentos financeiros derivativos	359	-
	7.680	**2.810**

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	30.794	30.910	134	134

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

15.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e

atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

15.6. Métodos e técnicas de avaliação

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R$ as dívidas e empréstimos denominados em US$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R$ atrelado ao CDI e posição ativa em US$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mesurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência			Valor de referência	
***Swap* US$ pré vs R$ pós**	**2024**	**2023**	**Vencimento (Ano)**	**2024**	**2023**
Ativo	US$ 4.975	US$ -	2024-2026	30.484	-
Passivo	R$ 30.190	R$ -		(30.213)	-
Exposição líquida				**271**	**-**

15.8. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps,* o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US$)	Alta do Dólar	6,1923	(30.793)	(31.251)	(4.688)	(9.375)
Swap Ponta Ativa em Dólar				30.484	30.937	4.640	9.281
Exposição Líquida				**(309)**	**(314)**	**(48)**	**(94)**

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	7.321	890	(134)	(267)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(30.214)	(4.353)	(653)	(1.306)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ELENA LEÓN MUÑOZ
Presidente

Titulares
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO
LEONARDO PIMENTA GADELHA
FULVIO DA SILVA MARCONDES MACHADO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Dias Folchetti
Diretor de Gestão de Pessoas

Fabiano Carvalho Rosa
Diretor de Regulação

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Leonardo Pimenta Gadelha

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.338.320/0001-00, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.22, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31.12.2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2024.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Fábio Dias Folchetti
Diretor de Gestão de Pessoas

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação